



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA –
VEREADOR DAVI ESMAEL**

A Vereadora signatária, no uso de suas prerrogativas regimentais, com base nos arts. 182 e 231, ambos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vitória (Resolução n. 2.060/21), requer a Vossa Excelência que seja encaminhada ao Chefe do Poder Executivo Municipal de Vitória a presente:

INDICAÇÃO Nº _____/2022

Indico à Prefeitura Municipal de Vitória **que altere a Portaria n. 053/2022 da Secretaria Municipal de Educação (Seme), que estabeleceu critérios para a Avaliação de Desempenho Permanente e Específica, de modo a garantir aos profissionais do magistério o pleno exercício de direitos, notadamente aos de licenças para tratamento de saúde ou por motivo de doença em pessoa da família, de afastamento por acidente de trabalho ou doenças ocupacionais e de comparecimento em júri e outros serviços obrigatórios por Lei.** Sugiro ainda que o assunto seja encaminhado às secretarias competentes para análise da viabilidade e resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 66, parágrafo único da Lei Orgânica do Município de Vitória (LOMV).

GABINETE DA VEREADORA CAMILA VALADÃO
Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 1788, sala 603 - Bento Ferreira, Vitória - ES, 29050-940
Telefone: (27) 3334.4529 | E-mail: gabinete.camilavaladao@vitoria.es.leg.br



JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal de Educação publicou a Portaria n. 053/2022, que estabelece critérios para a aplicação da Avaliação de Desempenho Permanente e Específica dos profissionais do magistério lotados nas Unidades de Ensino em Tempo Integral ou Unidades de Ensino em Tempo Parcial e Integral da Rede de Ensino de Vitória, com base na Lei Municipal 9.787, de 30 de setembro de 2021.

A Lei nº 9.787/2021 que institui Centros Municipais de Educação Infantil em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Vitória e dá outras providências, prevê no artigo 7º:

A permanência dos profissionais da educação nos Centros Municipais de Educação Infantil em Tempo Integral está diretamente vinculada à participação e ao rendimento com resultado favorável na avaliação de desempenho permanente e específica de Centros Municipais de Educação Infantil em Tempo Integral, que agregará elementos de pontualidade e assiduidade, atribuições pedagógicas e funcionais, a ser regulamentada em instrumento normativo próprio.

Pois bem, a avaliação de desempenho permanente com os elementos presentes no artigo citado acima, foi regulamentado pela SEME através da Portaria nº 053/2022, publicada na edição do Diário Oficial do Município de Vitória do dia 25 de agosto de 2022.

Conforme o referido documento, a permanência dos profissionais nas turmas em tempo integral está diretamente vinculada à participação na Avaliação de Desempenho

GABINETE DA VEREADORA CAMILA VALADÃO

Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 1788, sala 603 - Bento Ferreira, Vitória - ES, 29050-940

Telefone: (27) 3334.4529 | E-mail: gabinete.camilavaladao@vitoria.es.leg.br



Permanente e Específica e ao rendimento com resultado favorável, valendo já para o ano de 2022.

A pontualidade e a assiduidade do profissional são definidos como critérios para a avaliação, entendendo-se assiduidade como a presença frequente e regular do profissional em seu local de trabalho. Nesse ínterim, o §3º do art. 3º da Portaria nº 053/2022 prevê as hipóteses que não são consideradas efetivo exercício do cargo. Vejamos:

Art. 3º, §3º: Para fins desta avaliação, não serão considerados como efetivo exercício do cargo:

I- falta;

II- licença para tratamento de saúde;

III- acidente de trabalho e doenças ocupacionais;

IV- licença por motivo de doença em pessoa da família;

V - licença para curso;

VI- licença para tratamento de interesse particular;

VII - júri e outros serviços obrigatórios por Lei;

VIII – suspensão;

IX - prisão com efeitos legais;

Acontece que segundo diálogo com os profissionais os critérios são extremamente punitivos, ao passo que considera critérios totalmente fora do controle dos professores e/ou que seja direito do profissional, tais como: “II- licença para tratamento de saúde; III- acidente de trabalho e doenças ocupacionais; IV- licença por motivo de doença em pessoa da família; VII- júri e outros serviços obrigatórios por Lei”. Somado a isto, a

GABINETE DA VEREADORA CAMILA VALADÃO

Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 1788, sala 603 - Bento Ferreira, Vitória - ES, 29050-940

Telefone: (27) 3334.4529 | E-mail: gabinete.camilavaladao@vitoria.es.leg.br





portaria foi publicada apenas uma semana antes do início da avaliação e vai na mesma direção punitiva do pagamento do bônus de desempenho.

Assim, dentre as hipóteses elencadas na avaliação de desempenho dos profissionais da educação integral, a Secretaria Municipal de Educação incluiu casos que figuram como o pleno exercício ao direito à saúde do trabalhador ou de sua família, ou ainda de exercício de deveres obrigatórios, de modo que os profissionais lotados nas unidades de tempo integral podem vir a perder sua lotação nos casos de licença para tratamento de saúde ou por motivo de doença em pessoa da família, de acidente de trabalho e de doenças ocupacionais ou ainda de comparecimento em júri e outros serviços obrigatórios por Lei.

Importante rememorar que o legislador pátrio arrolou o direito social à saúde no capítulo de garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988, vejamos:

Art. 6º São direitos sociais a educação, **a saúde**, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição¹

Em outros termos, cabe tão somente ao município atuar de forma a garantir o direito à saúde dos professores. Portanto, ao estabelecer critérios que ferem o direito legal a licença por motivo de saúde o município está violando a Constituição Federal e a própria lei orgânica municipal, que no art. 12º dispõe:

¹ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 de setembro de 2022.

GABINETE DA VEREADORA CAMILA VALADÃO

Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 1788, sala 603 - Bento Ferreira, Vitória - ES, 29050-940

Telefone: (27) 3334.4529 | E-mail: gabinete.camilavaladao@vitoria.es.leg.br





Art. 12 O Município de Vitória assegurará, em seu território e nos limites de sua competência, a plenitude e a inviolabilidade dos direitos e garantias sociais previstas na Constituição Federal, inclusive as concernentes aos trabalhadores urbanos e rurais.²

Critica-se, pois a forma como a matéria foi regulamentada pela Seme, uma vez que se cria uma pressão para o trabalhador não tirar licenças para tratamento de saúde, além de penalizá-lo caso sofra algum acidente de trabalho ou venha a ser acometido com alguma doença ocupacional, sob pena de, caso não obtiver êxito na avaliação, perder seu posto de trabalho e poder ficar três anos sem poder voltar a laborar nas escolas em tempo integral. Também foi denunciado a este mandato que a portaria possibilita a perda salarial ao reduzir a carga horária de 44h para 25h.

Trata-se, pois, de uma portaria construída sem diálogo e que já será implementada sem possibilitar uma preparação prévia do professor. Ou seja, criou-se uma lógica que pressiona o servidor a não tirar licença para não perder o posto de trabalho, contribuindo com o adoecimento, intensificação e precarização do trabalho e com a lógica do bônus desempenho.

Diante do exposto, indicamos ao Chefe do Poder Executivo Municipal **que altere a Portaria n. 053/2022 da Secretaria Municipal de Educação (Seme), que estabeleceu critérios para a Avaliação de Desempenho Permanente e Específica dos profissionais do magistério lotados nas Unidades de Ensino em Tempo Integral ou Parcial e Integral da Rede de Ensino de Vitória, de modo a garantir aos profissionais do magistério o**

² MUNICÍPIO DE VITÓRIA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Lei Orgânica do Município de Vitória. Disponível em: <<https://camarasempapel.cmv.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/O11990.html>> Acesso em: 01 de setembro de 2022.

GABINETE DA VEREADORA CAMILA VALADÃO

Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 1788, sala 603 - Bento Ferreira, Vitória - ES, 29050-940
Telefone: (27) 3334.4529 | E-mail: gabinete.camilavaladao@vitoria.es.leg.br





pleno exercício de direitos, notadamente aos de licenças para tratamento de saúde ou por motivo de doença em pessoa da família, de afastamento por acidente de trabalho ou doenças ocupacionais e de comparecimento em júri e outros serviços obrigatórios por Lei.

Casa de Leis Attílio Vivacqua, 05 de setembro de 2022.

CAMILA VALADÃO

Vereadora (PSOL)

GABINETE DA VEREADORA CAMILA VALADÃO

Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 1788, sala 603 - Bento Ferreira, Vitória - ES, 29050-940

Telefone: (27) 3334.4529 | E-mail: gabinete.camilavaladao@vitoria.es.leg.br

